documento foi assinado digitalmente por JOAO BARROSO DE SOUZA.	#p://consulta toe am doy br/shede e informe o código: 45772078-9740C64E-A2BC182D-7905E35A
nto foi assinado	one and ethicano
Este docume	2//.utth http://c
	nferência acesse

Publicado no Diário Eletrônico do TCE/AM,				
Edição Nº				
De	_//			



Proc. Nº _____

TRIBUNAL DE CONTAS DIV. DE ACÓRDÃOS

Estado do Amazonas TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 1218/2019 - TCE - TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE AM nº 12945/2018.
- **2- Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- Orgão: Secretaria Municipal de Limpeza Pública SEMULSP
- 4- Exercício: 2017
- 5- Responsável: Paulo Ricardo Rocha Farias (Ordenador de Despesa)
- 6- Advogado: Não Possui
- 7- Unidade Técnica: DICAMM
- **8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5698/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Limpeza Pública SEMULSP, exercício de 2017, sob a gestão do Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, Secretário Municipal de Limpeza Urbana e Ordenador de Despesas, em razão de as impropriedades remanescentes serem de caráter formal e não resultarem em danos ao erário, nos termos dos arts. 22, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. Dar quitação ao Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, Secretário Municipal de Limpeza Urbana e Ordenador de Despesas, à época, com fulcro no art. 24, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 189, II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. Recomendar à Secretaria Municipal de Limpeza Pública SEMULSP, que:
 - 10.3.1. Nas próximas contratações de serviços, inclua a partir do processo licitatório a descrição de todos os custos individualizados, detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os

	5
	ũ
	7
	õ
	7
	Š
	ζ
	č
	Š
	7
	7
نہ	CAE-A
SOUZA	4
ನ	9
ŏ	ά
Щ	5
OSC D	5772078-9740
ၓ	57
õ	4
OAO BARROS	AND AST72078-9740C64E-A2RC182D-7905
蒸	Ę
\equiv	ŗ
Ă	0
9	ă
ź	5
te por JOAO BARROSO DE SOUZA.	Ţ
₽	۵
ē	٩
틀	٥
gitalr	<u>v</u>
	ء
lo di	n any hr/sned
assinado	2
Si.	ď
ä	à
<u>.</u>	+
of	÷
Ĭ	ū
Ĕ	Ş
킁	7
용	#
ė	7
is.	÷
_	Č
	ď
	č
	Č
	σ
	2
	ď
	onfer
	5

Publicado TCE/AM,	no Diário	Eletrônico do
Edição Nº		
De		



DIV. DE ACÓRDÂ	OS
Proc. Nº	
FIs Nº	

TRIBUNAL DE CONTAS

Estado do Amazonas TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 1218/2019 - TCE - TRIBUNAL PLENO

- custos unitários dos serviços pretendidos, conforme preconiza a Lei n.º 8.666/1993, em seu art. 7º, § 2º, inciso II;
- 10.3.2. Caso as medidas de saneamento alusivas ao Contrato n.º 004/2017 não logrem êxito, e o Locador não cumpra integralmente com sua responsabilidade contratual, adote medidas de sanção, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, a exemplo das sanções elencadas no art. 87 da Lei 8.666/1993, de maneira que o interesse público não seja prejudicado pelo inadimplemento parcial do contrato;
- 10.3.3. Tome providências do sentido de sanear a incorreção referente ao Contrato n.º 006/2017 junto ao Locador, e, caso as medidas não logrem êxito, e o Locador não cumpra integralmente com sua responsabilidade contratual, adote medidas de sanção, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, a exemplo das sanções elencadas no art. 87 da Lei 8.666/1993, de maneira que o interesse público não seja prejudicado pelo inadimplemento parcial do contrato;
- **10.3.4.** Ulteriormente, observe a conformidade da nomeação dos servidores com o seu efetivo ingresso no serviço público, a fim de que não volte a ocorrer prejuízo aos cofres municipais;
- **10.4.** Dar ciência ao Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias acerca do deslinde do feito:
- 11- Ata: 40^a Sessão Ordinária Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão: 26 de Novembro de 2019
- 13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.
- 13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.
- **14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral